

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

Senhores Acionistas

Apresentamos o Relatório de Desempenho e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Cielo" ou "Companhia") e de suas controladas (denominadas em conjunto "Consolidado" ou "Grupo Cielo"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como "COSIF". As Demonstrações Contábeis contemplaram os saldos das contas da Cielo, das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo e Cielo USA; e dos Fundos: Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs). A apresentação gerencial denominada "Cielo Brasil" representa os resultados das empresas Cielo, Stelo, Aliança, Servinet e FIDCs estruturados pela Companhia. Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominados em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Cielo foram eliminadas integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma. Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Comentário de Desempenho baseado nas Demonstrações Contábeis preparadas em COSIF de maneira consistente com as divulgações dos exercícios anteriores.

MENSAAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2024 foi desafiador e marcante na história da Cielo, em que mostramos mais uma vez a nossa força e capacidade de adaptação frente a um mercado dinâmico como o de meios de pagamento. Nesse ano, a Companhia manteve um ciclo importante de investimentos focados na criação de novas capacidades e geração de valor por meio do seu programa de transformação, o #PraCimaCielo. Esses investimentos continuaram a direcionar os resultados da Cielo, agregando qualidade e eficiência aos serviços prestados. Além de reverter a tendência do volume capturado de cartões (TPV), que passou novamente a apresentar crescimento a partir do segundo trimestre de 2024, observamos ganhos de eficiência operacional, como, por exemplo, na redução de custos da Cielo Brasil e no resultado financeiro, que foi impulsionado por iniciativas de otimização das operações de ARV e ações estratégicas de gestão de passivos. Esse resultado reflete as iniciativas de melhoria nos processos de negócios que sustentam nossos produtos e serviços.

Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma. Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Comentário de Desempenho baseado nas Demonstrações Contábeis preparadas em COSIF de maneira consistente com as divulgações dos exercícios anteriores.

Essas melhorias refletem diretamente na experiência do nosso cliente, um tema chave para a Companhia, e seu resultado pode ser observado no *Net Promoter Score* (NPS), que atingiu o maior nível da história da Cielo ao final de 2024. Adicionalmente, fomos destaque na categoria "Meios de pagamento eletrônicos" na premiação do *Reclame Aqui*, considerada uma das mais importantes premiações de atendimento e reputação do Brasil. O compromisso contínuo com nossa equipe também continua sendo reconhecido pelo mercado. A *Great Place to Work* ("GPTW"), concedeu à Cielo o selo de melhores empresas para se trabalhar no *Ranking* Mulheres, evidenciando o comprometimento com uma cultura inclusiva. Nesse ponto, cabe o destaque para a participação feminina na alta administração da Companhia, com mulheres representando 50% da composição de sua Diretoria Executiva e 33% de seu Conselho de Administração. Agradecemos o empenho e liderança de todos os colaboradores. Seguimos o compromisso com uma excelência, inovação e geração de valor. Estamos confiantes de que 2025 trará ainda mais conquistas para a Cielo e para todos que fazem parte de nossa história. Por fim, em 2024 foi lançada a Oferta Pública de Aquisição (OPA) pelos acionistas controladores da Companhia. Sua conclusão resultou na saída do Novo Mercado e na deslistagem da Cielo, com alteração do seu registro de emissor na CVM da Categoria "A" para "B". Esse movimento permite maior alinhamento às necessidades e desafios do mercado de pagamentos e a oferta de um portfólio de soluções ainda mais amplo a nossos clientes.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2024

VOLUME FINANCEIRO DAS TRANSAÇÕES
Em 2024 o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 837,5 bilhões, um aumento de 2,6% ou R\$ 21,3 bilhões em comparação a 2023. Na Cateno o volume financeiro de transações totalizou R\$ 427,9 bilhões em 2024, um aumento de 3,1% ou R\$ 13,0 bilhões em comparação a 2023.

RECEITA LÍQUIDA
A receita líquida totalizou R\$ 10.295,2 milhões em 2024, representando uma redução de 2,9% ou R\$ 305,9 milhões em relação a 2023.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS
O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 5.888,3 milhões em 2024, representando um aumento de R\$ 278,9 milhões, ou 5,0% em comparação a 2023.

DESPESAS OPERACIONAIS
As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.401,4 milhões em 2024, apresentando um aumento de R\$ 912,8 milhões, ou 61,3% quando comparadas com os R\$ 1.488,6 milhões em 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Disponibilidades	4	111.881	63.146	119.811	69.745
Ativos financeiros	5	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419
Fundos de investimento em direitos creditórios	6	12.659.622	13.398.720	-	-
Rendas a receber	7	101.326	128.977	1.675.120	2.546.047
Contas a receber de emissores	7	96.170.471	91.035.557	96.179.080	91.043.327
Contas a receber com partes relacionadas	26	177.977	112.511	1.038.744	921.146
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	1.151.104	800.639	1.689.374	1.368.266	
Outras contas a receber operacionais	7	208.728	173.765	217.255	183.221
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	7	(185.472)	(199.804)	(188.421)	(201.094)
Outros valores a receber	223.673	151.863	270.096	162.413	
Total do ativo circulante		110.792.068	106.002.208	102.242.290	97.277.490
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros	5	-	-	172.274	180.164
Devedores por depósitos em garantia	14	73.025	64.859	89.302	70.741
Créditos tributários	8	898.123	875.386	1.208.611	1.111.975
Outras contas a receber operacionais	7	42.817	30.609	42.821	31.914
Investimentos em participações em controladas	9	6.858.569	6.702.197	-	-
Imobilizado de uso	10	870.424	811.165	873.026	816.739
Imobilizações em uso	2.065.183	1.922.204	2.077.031	1.953.102	
(-) Depreciação acumulada	(1.164.903)	(1.073.633)	(1.174.149)	(1.098.957)	
(-) Redução ao valor recuperável de ativos	(29.856)	(37.406)	(29.856)	(37.406)	
Intangível	11	676.350	612.010	8.472.054	8.783.377
Outros intangíveis	1.823.475	1.759.982	13.425.078	13.350.850	
(-) Amortização acumulada	(1.124.427)	(1.114.164)	(4.930.326)	(4.533.665)	
(-) Redução ao valor recuperável de ativos	(22.698)	(33.808)	(22.698)	(33.808)	
Total do ativo não circulante		9.419.308	9.096.226	10.858.088	10.994.910
Total do ativo		120.211.376	115.098.434	113.100.378	108.272.400

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	17	2.929.549	5.906.761	6.469.254	10.295.249
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(1.683.912)	(3.292.545)	(3.337.045)	(5.888.284)
LUCRO BRUTO		1.245.637	2.614.216	3.132.209	4.406.965
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Pessoal	18	(695.130)	(1.040.944)	(616.692)	(1.517.401)
Gerais e administrativas	18	(320.820)	(892.429)	(976.411)	(443.312)
Vendas e marketing	18	(113.399)	(188.744)	(139.932)	(140.242)
Equivalência patrimonial	9	573.121	989.257	1.002.816	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(86.184)	(204.934)	(166.423)	(248.663)
LUCRO OPERACIONAL		(615.226)	1.276.422	2.568.413	3.353.110
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	26.757	51.074	88.953	331.978
Despesas financeiras	24	(651.420)	(1.387.028)	(2.181.558)	(2.023.400)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	24	744.886	1.516.666	1.805.974	1.403.696
Varição cambial, líquida	24	(15.526)	(20.567)	(28.331)	(28.333)
		104.697	160.145	(314.962)	306.469
		717.922	1.436.567	2.253.451	2.312.036
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	8	(20.466)	(20.466)	4.479	(638.050)
Diferidos	8	(147.275)	22.737	(171.092)	95.557
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		550.181	1.438.838	2.086.838	1.769.543
ATRIBUÍDO A					
Acionistas controladores				1.438.838	2.086.838
Acionistas não controladores				330.705	381.325
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	0,20191	0,52821	0,77514	0,52821
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	0,20191	0,52821	0,76996	0,52821

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período		550.181	1.438.838	2.086.838	1.769.543
Itens que podem ser reclassificados para o resultado					
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior					
Varição cambial sobre investimentos no exterior	409	903	(314)	903	(314)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(573)	(958)	-	(1.370)	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado					
Benefício pós-emprego	2.382	2.382	1.688	2.382	1.688
Movimentações do período	2.218	2.327	1.374	1.915	1.374
Resultado abrangente total	552.399	1.441.165	2.088.212	1.771.458	2.469.537
Atribuído a:					
Acionistas controladores				1.441.165	2.088.212
Acionistas não controladores				330.293	381.325

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro totalizou R\$ 306,5 milhões positivos em 2024, representando uma melhora de R\$ 459,5 milhões quando comparado com os R\$ 153,0 milhões negativos em 2023.

RECURSOS HUMANOS

A Estratégia da Gestão de Recursos Humanos tem o objetivo de impulsionar a jornada do nosso time, gerando orgulho de pertencer e valor sustentável ao negócio, garantindo a geração de valor para os acionistas, para o nosso time e demais pessoas envolvidas na operação da Companhia. Essa geração de valor se dá por meio do alinhamento dos interesses dos *stakeholders*, da busca pela sustentabilidade do negócio e por meio da ótima gestão do capital humano envolvido na operação da Companhia. Acompanhamos as transformações focadas no presente, com o olhar para o futuro, impulsionando a mudança de dentro para fora pelo nosso jeito de ser e fazer, engajando as pessoas colaboradoras e oferecendo aos nossos clientes internos e externos um serviço de excelência. Fazemos isso por meio da nossa Cultura e do nosso propósito de simplificar e impulsionar negócios para todas as pessoas, de modo que impacte positivamente a vida de cada pessoa colaboradora da Cielo. Isso ocorre por meio das nossas cinco competências: Empatia Assertiva, Ambição Transformadora, Senso de Dono, Colaboração e Senso de Urgência.

A Cielo se importa e investe em iniciativas que promovem a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas que formam o Time Cielo. Por isso, por meio do Programa "De Bem com a Vida" viabilizamos diversas iniciativas para promover uma gestão de saúde integrada, um ambiente saudável e emocionalmente seguro. O De Bem com a Vida é organizado em três pilares, sendo eles: Saúde em Equilíbrio, Sempre em Movimento e Facilidades para Você. A partir dessa organização temos iniciativas voltadas para a Saúde, Nutrição, Gestação e Parentalidade, Atividade Física, Lazer, Cultura, Parcerias e Eventos. Faz gestão também de uma Comunidade de Saúde Mental e um grupo de afinidade em Saúde Mental, para o fortalecimento e promoção da nossa cultura em Saúde e Segurança Emocional. O programa é reconhecido pelos colaboradores, com favorabilidade de 82,2% na pesquisa interna de Experiência do Colaborador sobre equilíbrio de vida e bem-estar. Muito mais do que políticas e práticas, construímos todos os dias um ambiente onde cada pessoa se sinta valorizada, respeitada e capacitada. Somos um time que cuida e acolhe todas as pessoas. No final de dezembro de 2024, o Grupo Cielo contava com 6.672 pessoas colaboradoras e 201 estagiários.

GOVERNANÇA CORPORATIVA 2024

As ações da Cielo com foco na promoção do desenvolvimento sustentável são norteadas pela Política de Sustentabilidade, a qual orienta a Companhia para a implementação de uma agenda de práticas ambientais, sociais e de governança (ASG em português e ESG - *Environmental, Social and Governance* em inglês, sigla comumente utilizada). A implementação dessa agenda tem como propósito compatibilizar o sucesso do negócio a longo prazo e a construção de uma sociedade justa, o desenvolvimento econômico e a conservação do meio ambiente, por meio da geração de valor compartilhado. Para estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo estabeleceu um Planejamento Estratégico de Sustentabilidade, aprovado pela Diretoria Executiva e em linha com a Estratégia da Companhia, que estabelece 8 objetivos estratégicos de sustentabilidade distribuídos em 4 pilares, sendo eles:

- Estratégia e Engajamento ESG;
 - Gestão de Riscos e Oportunidades ESG;
 - Diversidade, Equidade, Inclusão e Impacto Social; e
 - Ecoeficiência e Mudanças Climáticas.
- Os objetivos estratégicos de sustentabilidade se desdobram em ações ligadas a diferentes frentes da Companhia, sejam com impactos que gerem mudanças nas operações, sejam em oportunidades de geração de valor compartilhado pelo modelo de negócio, ou ainda em sua atuação social para transformação do contexto em que o negócio opera. A execução do planejamento é acompanhada pela Vice-Presidência Executiva de Gente, Gestão e Performance, com reporte à Diretoria Executiva, e apoiada por Fóruns de Assessoramento. Além disso, sua evolução é acompanhada periodicamente pelo Comitê de Sustentabilidade, que reporta o seu progresso ao Conselho de Administração. Cabe destacar a Estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão, estruturada visando incorporar a prática e promoção do tema na representatividade e na cultura da Companhia, em linha com os atributos culturais necessários para alavancar o negócio. Assim, foram estabelecidos seis compromissos que contemplam aspectos ligados à identidade de gênero, raça e etnia, deficiência e LGTBIAPN+.

A Companhia conta com quatro Grupos de Afinidade - espaços seguros para discutir sobre Diversidade e Inclusão e gerar iniciativas de transformação, sendo eles: (i) "Somos Todos Um", voltado à inclusão de pessoas com deficiências; (ii) "Blue To Black", voltado às pautas étnico-raciais; (iii) "Prisma", voltado à inclusão da comunidade LGTBIAPN+; e (iv) o "Além do Gênero", voltado à equidade de gênero.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivavam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo. As metas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e até 2025, o número de mulheres no quadro geral deverá representar 45% do total, enquanto 42% dos cargos de liderança deverão ser ocupados por mulheres. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo, ao passo que 22% dos cargos das lideranças deverão ser ocupados por profissionais negros e indígenas.

A Cielo possui uma Estratégia Climática, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), metas e engajamento com a cadeia de valor. Cabe destacar que nossa taxonomia para a gestão de riscos climáticos está alinhada com as recomendações da *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), iniciativa que busca a elaboração e implementação de recomendações para a divulgação e análise de riscos e oportunidades relacionadas às questões climáticas. Ainda, os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001. As emissões residuais de GEE de escopo 1 e 2 são compensadas por meio de créditos de carbono de projetos que evitam a emissão de gases de efeito estufa a partir de ações voltadas para a conservação florestal e/ou eficiência energética.

Anualmente, a Cielo publica o seu Relatório Integrado, instrumento pelo qual apresenta informações sobre a performance e os impactos de seu modelo de negócio, estruturando as informações financeiras em sinergia com os aspectos ambientais, sociais e de governança. A publicação oferece uma ampla visão estratégica da Cielo, seu modelo de negócio e geração de valor e está disponível em <https://www.cielo.com.br/sustentabilidade/central-de-downloads/>.

DESTAQUES ESG



Cielo impulsiona o Empreendedorismo Social

A Cielo uniu forças com o projeto ASMARA, da ONG Gerando Falcões, para promover a inclusão financeira e o empoderamento feminino em diversas favelas no Brasil. Saiba mais em: <https://blog.cielo.com.br/institucional/projeto-asmara/>



3ª edição do Programa Impulsiona Cielo tem foco na Amazônia, em preparação para a COP 30

Voltado para mulheres de Belém e região, a iniciativa visa fomentar e desenvolver a economia com a capacitação de empreendedoras e trabalhadoras do comércio. Saiba mais em <https://blog.cielo.com.br/institucional/impulsiona-cielo-amazonia>

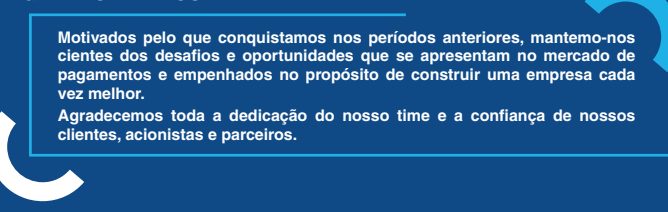
A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para uma performance sustentável. Para tanto, a Cielo adota, de maneira voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o melhor interesse de seus acionistas.

A maximização de sua eficiência e a criação de valor de longo prazo traduz-se por meio de diversas iniciativas adotadas pela Companhia ao longo dos anos, as quais definem os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo. Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu sua Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvessem potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de governança corporativa e de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deverá ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, os quais não exercem função executiva na Cielo, sendo 01 (um) membro considerado independente. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 08 (oito) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de *Environmental, Social and Governance* ("ESG"), Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Diversidade, Fórum de Produtos, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo está atualmente instalado para supervisionar as atividades da Administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes.

AGRADECIMENTOS



Informamos que, para o exercício de 2024, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa até 31 de dezembro de 2024, que consistem: (i) na assegurar o Integridade das informações Ambientais, Sociais e de Governança apresentadas no Relatório Anual Integrado de 2023; e (ii) na assegurar a integridade das Emissões de Gases de Efeito Estufa de 2023. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da Companhia, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações contábeis, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, totaliza R\$ 77,3 mil e representa cerca de 3,9% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis do Grupo Cielo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024

CIELO S.A. - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 01.027058/0001-91											
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA											
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023											
(Em milhares de reais)											
		Controladora			Consolidado			Controladora		Consolidado	
		2º					2º				
		Nota	Semestre/24	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	Nota	Semestre/24	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social											
			717.922	1.436.567	2.253.451	2.312.036	3.350.059				
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social											
Depressões e amortizações											
de renda e da contribuição social											
do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:											
		10 e 11	252.398	495.204	521.496	883.621	912.677				
Baixas e provisões/(reversões) para perdas de imobilizado e intangível											
		10 e 11	21.812	60.920	9.378	62.980	14.300				
Equivalência patrimonial											
		9	(573.121)	(989.257)	(1.002.816)	-	-				
Ações restritas outorgadas											
		23	32.382	43.400	37.143	43.400	37.143				
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa											
		18	28.928	115.460	94.957	184.736	164.725				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas											
			43.583	58.353	(166.140)	68.628	(318.941)				
Juros sobre empréstimos e financiamentos											
		12	223.466	480.622	913.328	480.622	913.328				
Amortização de custos de emissão de dívidas											
		12	478	1.092	1.551	1.092	1.551				
Rendimento de participação no FIDC											
		6	(781.212)	(1.590.630)	(1.894.047)	-	-				
Redução(aumento) nos ativos operacionais:											
Rendidas a receber											
			27.809	27.651	1.025	870.927	(1.550.514)				
Contas a receber de emissores											
			(11.207.332)	(5.264.706)	980.479	(5.333.162)	906.134				
Contas a receber com partes relacionadas											
			(35.937)	(148.677)	(98.945)	(117.598)	(94.796)				
Impostos e contribuições a compensar/recuperar											
			78.430	(373.202)	(57.768)	(417.744)	(21.014)				
Devedores por depósitos em garantia											
			(3.248)	(8.166)	(1.791)	(18.561)	(3.679)				
Dividendos a receber											
		9	8.093	124.607	103.403	-	-				
Outros valores e bens											
			10.986	(71.811)	(71.183)	(107.683)	(70.847)				
Outros ativos											
			(57.496)	(47.171)	(36.804)	(44.941)	(45.658)				
Ativos financeiros											
			-	-	-	7.890	106.554				
Aumento(redução) nos passivos operacionais:											
Sociais e estatutárias											
			162.514	109.391	(38.280)	376.605	(28.831)				
Fiscais e previdenciárias											
			(217.041)	(17.387)	(64.221)	(21.039)	81.250				
Contas a pagar a estabelecimentos											
			7.734.703	6.321.473	(2.369.538)	6.361.343	(2.355.169)				
Contas a pagar com partes relacionadas											
			2.632.714	(1.824.524)	1.869.249	31.875	41.654				
Pagamentos para riscos trabalhistas, tributários e cíveis											
		14	(45.805)	(75.858)	(75.182)	(79.826)	(77.081)				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023												
(Em milhares de reais)												
		Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Participação dos acionistas controladores	Participação dos Acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022												
			5.700.000	70.893	(113.605)	1.140.000	4.295.319	-	(164.030)	10.928.577	10.193.837	21.122.414
Aquisição de ações em tesouraria												
			-	-	(30.842)	-	-	-	-	-	-	(30.842)
Ações restritas outorgadas												
			-	37.143	-	-	-	-	-	-	-	37.143
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações												
			-	(49.458)	49.458	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício												
			-	-	-	-	-	2.086.838	-	2.086.838	381.325	2.468.163
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Juros sobre o capital próprio proposto												
			-	-	-	-	-	(179.388)	-	(179.388)	-	(179.388)
Juros sobre o capital próprio pagos												
			-	-	-	-	-	(584.899)	-	(584.899)	-	(584.899)
Reserva de Orçamento de Capital												
			-	-	-	-	1.322.551	(1.322.551)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior												
			-	-	-	-	-	-	(314)	(314)	-	(314)
Benefício pós-emprego												
			-	-	-	-	-	-	1.688	1.688	-	1.688
Eleito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas												
			-	-	-	-	-	-	-	-	(525.663)	(525.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2023												
			5.700.000	58.578	(94.989)	1.140.000	5.617.870	-	(162.656)	12.258.803	10.049.499	22.308.302
Saldos em 30 de junho de 2024												
			5.700.000	44.311	(69.704)	1.140.000	5.207.870	497.658	(162.547)	12.357.588	7.939.442	20.297.030
Ações restritas outorgadas												
		23	-	32.382	-	-	-	-	-	32.382	-	32.382
Transferência de ações em tesouraria pelo período de ações												
		23	-	(69.674)	69.674	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações												
		15(f)	-	-	-	-	-	(286.495)	-	(286.495)	-	(286.495)
Dividendos provisionados:												
		15(f)	-	-	-	-	-	390.999	-	390.999	-	390.999
Dividendos intermediários												
		15(f)	-	-	-	-	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)
Dividendos mínimos obrigatórios												
		15(f)	-	-	-	-	-	(431.651)	-	(431.651)	-	(431.651)
Lucro líquido do semestre												
			-	-	-	-	-	550.181	-	550.181	180.742	730.923
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:												
Reserva de Orçamento de Capital												
			-	-	-	-	1.438.838	(1.438.838)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior												
			-	-	-	-	-	-	409	409	-	409
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros												
			-	-	-	-	-	-	(573)	(573)	(247)	(820)
Benefício pós-emprego												
			-	-	-	-	-	-	2.382	2.382	-	2.382
Eleito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas												
			-	-	-	-	-	-	-	-	(135.437)	(135.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2024												
			5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.540.213	-	(160.329)	9.226.873	7.984.500	17.211.373
Saldos em 31 de dezembro de 2023												
			5.700.000	58.578	(94.989)	1.140.000	5.617.870	-	(162.656)	12.258.803	10.049.499	22.308.302
Ações restritas outorgadas												
		23	-	-	-	-	-	-	-	43.400	-	43.400
Transferência de ações em tesouraria pelo período de ações												
		23	-	(94.959)	94.959	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações												
		15(f)	-	-	-	-	-	(286.495)	-	(286.495)	-	(286.495)
Juros sobre o capital próprio pagos												
		15(f)	-	-	-	-	-	(410.000)	-	(410.000)	-	(410.000)
Dividendos provisionados:												
		15(f)	-	-	-	-	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)	-	(3.388.349)
Dividendos mínimos obrigatórios												
		15(f)	-	-	-	-	-	(431.651)	-	(431.651)	-	(431.651)
Lucro líquido do exercício												
			-	-	-	-	-	1.438.838	-	1.438.838	330.705	1.769.543
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva de Orçamento de Capital												
			-	-	-	-	1.438.838	(1.438.838)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior												
			-	-	-	-	-	-	903	903	-	903
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros												
			-	-	-	-	-	-	(958)	(958)	(412)	(1.370)
Benefício pós-emprego												
			-	-	-	-	-	-	2.382	2.382	-	2.382
Eleito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas												
			-	-	-	-	-	-	-	-	(2.395.292)	(2.395.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2024												
			5.700.000	7.019	(30)	1.140.000	2.540.213	-	(160.329)	9.226.873	7.984.500	17.211.373

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia", "Grupo Cielo" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como a emissão e gestão de contas de pagamentos. A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3" até 26 de agosto de 2024, quando a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deferiu a conversão do registro de companhia aberta da categoria "A" para a categoria "B", e junto com as suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") e Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"). As Controladas Diretas e Indiretas da Companhia e Controladas em conjunto ("joint venture"), que junto à Cielo também são designadas como "Grupo Cielo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet. **Eventos significativos do exercício:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacam-se os seguintes eventos: • Em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024. • Em 05 de fevereiro de 2024, foi comunicada a decisão dos controladores em proceder à conversão do registro de Companhia aberta da Cielo de categoria "A" para "B", com a sua consequente saída do segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), por meio do lançamento de uma oferta pública unificada de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de acordo com a legislação aplicável e o estatuto social da Companhia ("OPA"). Os termos estão previstos no instrumento da OPA ("Edital") protocolado e divulgado nos termos da legislação aplicável. O preço ofertado inicialmente por cada ação objeto da oferta foi de R\$ 5,35. • Em 06 de fevereiro de 2024, foi comunicado pelos acionistas controladores o pedido de registro da OPA perante a CVM e a B3 S.A. ("Pedido de Registro"). O Pedido de Registro foi instruído com o laudo de avaliação da Companhia, elaborado, por empresa avaliadora independente contratada pelos ofertantes. • Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os pedidos formulados para convocação de Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor das ações ordinárias de emissão da Companhia. • Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que em decorrência dos pedidos de convocação de Assembleia Especial, o processo de registro da Oferta perante à CVM foi suspenso desde o dia 21 de fevereiro de 2024. • Em 29 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou que o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se nesta presente data e deliberou convocar a Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação para determinação do valor justo das ações de emissão da Companhia para fins da Oferta. • Em 20 de março de 2024, foi deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a liquidação antecipada do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissor I (FIDC Emissor I). As cotas seniores foram liquidadas em 18 de março de 2024, na data de vencimento e as cotas subordinadas foram liquidadas em 20 de março de 2024. • Em 02 de abril de 2024, a Companhia comunicou que recebeu os termos e condições estabelecidos na Carta Minoritários, que os Acionistas Minoritários se comprometeram a apoiar a Oferta, sob a condição, dentre outras, de que os Ofertantes se comprometam a elevar o preço por ação da Oferta para R\$ 5,60. • Em 23 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Especial de Acionistas a rejeição da realização de nova avaliação das ações de emissão da Companhia para fins da possível oferta pública de aquisição de ações visando à conversão de registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e à saída do Novo Mercado, cujo processo de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários tem seu curso então retomado. Dessa forma, resta verificada uma das condições suspensivas da obrigação assumida pelos Ofertantes de elevar o preço da OPA caso ela venha a ser efetivamente lançada, tendo sido tal obrigação condicionada, ainda, a que seja integralmente cumpridas as obrigações assumidas pelo grupo de acionistas minoritários que se comprometeram a apoiar a possível OPA. • Em 05 de julho de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA"), lançada pelos seus acionistas controladores diretos. A Companhia foi comunicada pelas Ofertantes e pela Instituição Intermediária que a OPA seria lançada no prazo regulamentar, conforme previsto no artigo 14 da Resolução CVM nº 85/2022. • Em 10 de julho de 2024, a Companhia recebeu dos Ofertantes as cópias do Edital e do Laudo de Avaliação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado ("OPA"), cujo leilão foi realizado em 14 de agosto de 2024. A OPA teve por objeto R\$902.247.285 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço à vista de R\$ 5,60 (valor expresso em reais) por ação, sujeito aos ajustes de preço previstos no Edital. Para fins informativos, o preço por ação ajustado nos termos do Edital, incluindo o ajuste do CDI al detalhado, é de R\$ 5,76 (valor expresso em reais). • Em 18 de julho de 2024, os membros independentes do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, parecer com manifestação favorável à aceitação da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado. • Em 14 de agosto de 2024, foi realizado o leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para conversão do seu registro de companhia aberta da categoria "A" para "B" e saída do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Como resultado, as Ofertantes adquiriram 736.857.044 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam 27,1% do seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 5,82 (valor expresso em reais) totalizando o valor de R\$ 4.288.508. A liquidação do leilão ocorreu em 16 de agosto de 2024. • Em 16 de agosto de 2024, a Companhia recebeu o comunicado da Quixaba Empreendimentos e Participações Ltda., BB Eio Cartões Participações S.A., Cio Participações Ltda., Atelo Instituição de Pagamento S.A. e Livelo S.A., que em conjunto, passaram a ser titulares de 2.588.914.571 ações ordinárias de emissão da Companhia, equivalentes a 95,1% do seu capital social, como resultado de aquisições de ações realizadas em cumprimento à obrigação de estender a possibilidade de venda aos acionistas remanescentes que não alienaram ações de sua titularidade no âmbito do leilão da oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia lançada pelas Ofertantes durante o 2º semestre seguinte à data de sua realização. • Em 26 de agosto de 2024, a Comissão de Valores Mobiliários deferiu a conversão do registro de companhia aberta da Cielo da categoria "A" para categoria "B", assim, as ações de emissão da Cielo deixaram de ser negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nesta data, sendo certo, contudo, que os acionistas remanescentes poderiam alienar suas ações mediante pedido apresentado ao escriturador das ações de emissão da Companhia. Foram adotadas as medidas necessárias para convocar oportunamente uma Assembleia Geral Extraordinária a fim de deliberar sobre o resgate compulsório da totalidade das ações de emissão da Companhia em circulação. • Em 23 de setembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral de Acionistas da Companhia o resgate compulsório e cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação. Em 26 de setembro de 2024, foi realizado o resgate compulsório de 48.640.941 ações, de modo que o valor final pago aos titulares das ações objeto do resgate compulsório foi de R\$ 5,89 (valor expresso em reais) por ação, totalizando o montante de R\$ 286.495. • Em 19 de dezembro de 2024, os serviços de solução de pagamento pessoa a pessoa (P2P) disponibilizados no WhatsApp no Brasil, oferecidos em parceria com a Cielo, foram descontinuados pela Meta Platforms Inc. • Em 23 de dezembro de 2024, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a 7ª emissão de debêntures simples no montante



estatutárias", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas Controladas e dos fundos de investimento. A Companhia consolida as informações contábeis dos FIDCs e FICs por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade está vinculada às quotas mantidas pela Cielo. Adicionalmente, quando necessário, as informações contábeis das Controladas são ajustadas para adequar as suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo Cielo era composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2024	31/12/2023
Participação em Controladas e fundos:		
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
BB Coral Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa LP Crédito Privado ("Coral")	100,00	100,00
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Pegasus ("Pegasus")	90,99	86,24
Cateno Gestão de Cotas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	94,34	94,18
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I")	-	11,62
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	12,74	10,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional	111.291	35.328	115.235	38.306
Em moeda estrangeira	590	27.818	4.576	31.439
Total	111.881	63.146	119.811	69.745

5. ATIVOS FINANCEIROS

Ativo:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos financeiros equivalentes de caixa	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419
Demais instrumentos financeiros	-	-	172.274	180.164
Total	172.758	336.834	1.413.505	1.364.583
Total circulante	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419
Total não circulante	-	-	172.274	180.164

O resultado obtido pelos ativos financeiros compõe a receita financeira que está demonstrada na nota explicativa nº 24 - Resultado financeiro. **(a) Instrumentos financeiros equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de instrumentos financeiros equivalentes de caixa são compostos por aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários apresentados a seguir:

Aplicações no mercado aberto	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários	102.251	28.559	102.251	28.559
Títulos e valores mobiliários	70.507	308.275	1.138.980	1.155.860
Total	172.758	336.834	1.241.231	1.184.419

Aplicações no mercado aberto: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de aplicações no mercado aberto são demonstrados a seguir:

Aplicações no mercado aberto	Controladora e Consolidado			
	Vencimento 0 - 30		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Compromissadas	102.251	102.251	28.559	28.559
Total	102.251	102.251	28.559	28.559

Títulos e valores mobiliários: A composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários classificados é demonstrado conforme abaixo:

Mantidos para Negociação	Controladora			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor de custo	Valor Justo	Valor de custo
Títulos privados	70.507	70.507	70.699	308.275
Cotas de fundos de investimento	66.305	66.305	66.497	113.720
Certificado de Depósito Bancário - CDB	4.202	4.202	4.202	194.555
Total	70.507	70.507	70.699	308.275

Mantidos para Negociação	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor Justo	Valor de custo	Valor Justo	Valor de custo
Títulos privados	1.110.927	1.110.927	1.108.435	1.137.702
Cotas de fundos de investimento	1.094.391	1.094.391	1.092.169	936.096
Certificado de Depósito Bancário - CDB	4.385	4.385	4.385	194.902
Letras Financeiras - LF	12.151	12.151	11.881	6.704
Títulos públicos	28.053	28.053	26.970	18.158
Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT	15.289	15.289	12.977	18.158
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.764	12.764	13.993	-
Total	1.138.980	1.138.980	1.135.405	1.155.860

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de valor justo disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de valor justo disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor justo das respectivas cotas. **(b) Demais instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos consolidados dos demais instrumentos financeiros são compostos por títulos mantidos até o vencimento e estão contabilizados no ativo não circulante.

Mantido até o Vencimento	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	Total
	Acima de 365	Custo amortizado	Custo amortizado
Títulos privados	172.274	172.274	180.164
Letras Financeiras - LF	172.274	172.274	180.164
Total	172.274	172.274	180.164

6. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("FIDCS")

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais.

Fundo	Início das atividades	Condomínio (a)	Prazo	Rendimentos	Índice	Situação
				(b) subordinação	mínimo de	
FIDC NP	05/08/2016	Aberto e exclusivo	Indeterminado	-	-	Ativo
FIDC Plus	28/07/2017	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	20,0%	Ativo
FIDC Emissor I (c)	16/03/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	10,0%	Encerrado
FIDC Emissor II	13/05/2021	Fechado e restrito	Indeterminado	Semestral	9,1%	Ativo

(a) Restrito a investidores profissionais. (b) Frequência do pagamento dos rendimentos das cotas seniores. (c) A totalidade das cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("Fundo") foi integralmente resgatada conforme o seu vencimento, no dia 18 de março de 2024. Além disso, na Assembleia Geral de Cotistas do Fundo ocorrida em 20 de março de 2024, restou decidido que a Administradora procedeu com o resgate total das cotas subordinadas na mesma data e a liquidação do fundo, conforme o item 7. subitem 7.2), da ata da Assembleia Geral de Cotistas, conforme publicações disponíveis na CVM.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno ("TIR") dos contratos, pelo critério "pro rata temporis". A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de preço e recebimentos dos direitos creditórios. Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01 e pela Resolução CVM nº 175/22, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Estrutura e composição dos fundos: A estrutura de patrimônio dos FIDCs em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2024			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	48.891.764	1.582.358	1.582.358	-
FIDC Plus	2.688.829.828	11.034.600	10.409.848	624.752
FIDC Emissor I	4.984.950	5.237.729	667.416	4.570.313
Total	2.742.706.542	17.854.687	12.659.622	5.195.065

	31/12/2023			
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	9.290.106	2.472.904	2.472.904	-
FIDC Plus	1.226.846.392	10.771.899	10.144.896	627.003
FIDC Emissor I	2.222.223	2.346.629	272.714	2.073.915
FIDC Emissor II	4.984.950	5.083.176	508.206	4.574.970
Total	1.243.343.671	20.674.608	13.398.720	7.275.888

7. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de emissores (a)	96.170.471	91.035.557	96.179.080	91.043.327
Rendas a receber	101.326	128.977	1.675.120	2.546.047
Outras contas a receber operacionais	251.545	204.374	260.076	215.135
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(185.472)	(199.804)	(188.421)	(201.094)
Total	96.337.870	91.169.104	97.925.855	93.603.415
Circulante	96.295.053	91.138.495	97.883.034	93.571.501
Realizável a longo prazo	42.817	30.609	42.821	31.914
Total	96.337.870	91.169.104	97.925.855	93.603.415

(a) O Contas a receber de emissores corresponde ao fluxo de recebimentos das transações realizadas com cartões feitas pelos portadores, já líquido das cessões. (b) Refere-se à expectativa de perdas esperadas das operações realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia, assim como cobranças de cancelamentos e chargebacks, conforme apresentado na nota explicativa nº 25 - Gestão de riscos. A metodologia consiste em perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia, conforme a probabilidade de default e a segmentação de clientes.

8. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS

(a) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes: Segue a reconciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação à taxa nominal de referidos tributos para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

2º Semestre	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	717.922	1.436.567	2.253.451	2.312.036	3.350.059	3.350.059
Imposto de Renda e Contribuição Social	(244.093)	(488.433)	(766.173)	(766.092)	(1.139.020)	(1.139.020)
Juros sobre o capital próprio	(132.940)	139.400	259.858	139.400	259.858	259.858
Benefício fiscal de P&D	19.408	19.408	7.693	24.281	7.693	7.693
Equivalência patrimonial	194.861	336.347	340.957	-	-	-
Constituição Diferido Stelo	-	-	-	86.355	-	-
Outras diferenças permanentes líquidas	(4.977)	(4.451)	(8.948)	(6.437)	(10.427)	(10.427)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(167.741)	2.271	(166.613)	(542.493)	(881.896)	(881.896)
Correntes	(20.466)	(20.466)	4.479	(638.050)	(647.313)	(647.313)
Diferidos	(147.275)	22.737	(171.092)	95.557	(234.583)	(234.583)

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indutíveis. Os créditos estão classificados no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	99.457	5.813	(8.054)	97.216
Provisão para despesas diversas	145.750	46.568	(11.687)	180.631
Provisão para remuneração variável	68.008	36.062	(35.135)	68.935
Prejuízo fiscal e base negativa	469.033	-	(9.445)	459.588
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	-	-	-	-
Total	93.138	7.826	(9.211)	91.753
	875.386	96.269	(73.532)	898.123

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	696.623	-	(597.166)	99.457
Provisão para despesas diversas	181.596	17.950	(53.798)	145.750
Provisão para remuneração variável	63.154	20.514	(15.660)	68.008
Prejuízo fiscal e base negativa	-	469.033	-	469.033
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	-	-	-	-
Total	105.103	12.882	(24.847)	93.138
	1.046.478	520.379	(691.471)	875.386

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos - passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	108.100	8.589	(8.118)	108.571
Provisão para despesas diversas	292.291	67.881	(19.914)	340.258
Provisão para remuneração variável	96.749	37.344	(55.533)	78.560
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	519.635	77.047	(9.445)	587.237
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e fraude	-	-	-	-
Total	95.200	7.996	(9.211)	93.985
	1.111.975	198.857	(102.221)	1.208.611

Controladas	% de participação	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido	Receitas	Lucro bruto	Lucro líquido	Equivalência patrimonial do 2º semestre	Equivalência patrimonial Exercício	Investimento
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023							
Servinet	99,99	125.429	82.648									

13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de Contas a pagar a estabelecimentos é de R\$ 81.662.759 a R\$ 81.842.095 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 75.341.285 e R\$ 75.480.752 em 31 de dezembro de 2023). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos. Adicionalmente, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema o pagamento dos recursos das transações de cartões.

14. RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo Cielo, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e em sua experiência referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como segue:

	Controladora					
	31/12/2023	Adições	Baixas/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2024
Tributárias (a)	246.509	50.589	(41.733)	(2.675)	-	252.690
Trabalhistas (b)	28.222	13.808	(8.954)	2.766	(22.350)	13.492
Cíveis (c)	28.705	55.813	(16.396)	5.135	(53.508)	19.749
Total	303.436	120.210	(67.083)	5.226	(75.858)	285.931

	Consolidado					
	31/12/2023	Adições	Baixas/reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2024
Tributárias (a)	249.223	51.014	(41.736)	(2.427)	-	256.074
Trabalhistas (b)	47.716	27.862	(16.058)	5.204	(25.924)	38.800
Cíveis (c)	29.290	56.282	(16.690)	5.177	(53.902)	20.157
Total	326.229	135.158	(74.484)	7.954	(79.826)	315.031

Depósitos judiciais: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo Cielo mantém depósitos judiciais, cujos saldos estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias (a)	36.535	36.535	36.575	37.202
Trabalhistas (b)	14.232	9.900	30.457	15.103
Cíveis (c)	22.258	18.424	22.270	18.436
Total	73.025	64.859	89.302	70.741

(a) Processos tributários: A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destaca-se a seguinte: **• PIS/COFINS - exclusão do ISSQN -** A Companhia impetrou Mandado de Segurança com liminar deferida em junho/2017, afastando a incidência do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS. Após a apreciação de agravo de instrumento interposto pela União Federal, sobrevinda sentença confirmando os termos da liminar em janeiro/2018. Após interposição de recursos por parte da União Federal, o processo encontra-se suspenso de julgamento do Tribunal Regional da 3ª Região até que se conclua o julgamento do Recurso Extraordinário nº 552.616/RS, submetido ao rito de repercussão geral em trâmite no Supremo Tribunal Federal. **(b) Processos trabalhistas:** Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-colaboradores do Grupo Cielo e de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidas temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral. **(c) Processos cíveis:** Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Passivos contingentes classificados como perda possível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	2.000.168	1.839.870	2.013.967	1.849.330
Trabalhistas	64.258	78.005	333.065	249.652
Cíveis	515.494	515.412	518.291	518.476
Total	2.579.920	2.433.287	2.865.323	2.617.458

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo: **• Contribuição Previdenciária -** Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores a título de participação nos resultados da Companhia e das opções de compra de ações ("Plano de ações restritas"), referente aos anos de 2015 a 2020 no montante de R\$ 313.218, e **• IRPJ/CSLL -** Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de maneira indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015 a 2018, no montante de R\$ 941.249.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 5.700.000 representado por 2.668.174.120 (2.716.815.061 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 é de 2.668.168.278 (2.697.679.603 ações em 31 de dezembro de 2023). O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.000.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, desde que seja para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado. **(b) Reserva de capital:** Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágio nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social. O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.019 (R\$ 58.578 em 31 de dezembro de 2023). **(c) Ações em tesouraria:** A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Acções	Valor	Custo médio
	(19.135.459)	(94.989)	R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2023			4,96
Exercício de Ações Restritas:			
Janeiro	16.558	82	4,96
Fevereiro	4.917.625	24.411	4,96
Março	8.588	43	4,96
Maio	69.550	345	4,96
Junho	81.413	404	4,96
Julho	954.881	4.740	4,96
Agosto	13.077.826	64.918	4,96
Setembro	3.175	16	4,96
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.842)	(30)	4,96

(d) Reserva de lucros - legal: Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1.140.000, sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020. **(e) Reserva de lucros - orçamento de capital:** A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 2.540.213 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.517.870 em 31 de dezembro de 2023). As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2025 serão aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em abril de 2025. **(f) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social assegura a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de, no menos, 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Ainda, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 3º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de juros sobre o capital próprio, não pode ser imputado ao valor dos dividendos. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurado nestes balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas. Em reunião do Conselho de Administração em 05 de fevereiro de 2024, foi aprovado o pagamento dos juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 410.000, que foram pagos em 30 de abril de 2024. Em reunião do Conselho de Administração, em 30 de setembro de 2024, foi aprovada a constituição dos dividendos intermediários no montante de R\$ 3.820.000, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2024, e serão pagos até 31 de dezembro de 2025. **(g) Outros resultados abrangentes:** Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e ganhos acumulados com benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Variação cambial sobre investimento no exterior	(164.736)	(165.639)	(164.736)	(165.639)
Ganhos atuariais com benefício pós-emprego, líquido	5.365	2.983	5.365	2.983
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros	(958)	-	(1.370)	-
Total	(160.329)	(162.656)	(160.741)	(162.656)

(h) Capital regulatório: A estrutura de gestão de capital da Companhia é compatível com o seu enquadramento, a natureza das suas operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos com a adequada mensuração de sua exposição aos riscos. A gestão de capital é definida com o contínuo processo de acompanhamento e controle do capital mantido pela Companhia, a avaliação da necessidade de capital para enfrentar os riscos os quais a instituição está exposta, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando a estratégia da Companhia. A Resolução BCB nº 198/22 determina que as instituições de pagamentos devem manter, permanentemente, montante de (Prp) - Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023, 10% em 2024 e 12% em 2025. O patrimônio mínimo requerido é destinado à cobertura dos riscos associados. I - Aos serviços de pagamento prestados; e II - As demais atividades exercidas. Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio de referência é de R\$ 6.121.673 (R\$ 11.982.573 em 31 de dezembro de 2023). Este valor é superior ao patrimônio mínimo requerido de R\$ 2.843.850 (R\$ 1.801.418 em 31 de dezembro de 2023).

16. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) Movimentação do número de ações ordinárias

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ações emitidas		
Ações em 31 de dezembro de 2023	2.697.679.603	
Exercício de Ações Restritas:		
Janeiro	16.558	
Fevereiro	4.917.625	
Março	8.588	
Maio	69.550	
Junho	81.413	
Julho	954.881	
Agosto	13.077.826	
Setembro	3.175	
Cancelamento de ações - Setembro	(4.660.941)	
Ações em 31 de dezembro de 2024	(2.868.168.278)	

(b) Lucro por ação: A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações (desconsideradas as mantidas em tesouraria) com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	550.181	1.438.838
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.724.882	2.723.990
Lucro por ação (em R\$) - básico	0,20191	0,52821
Lucro por ação diluído		
Controladora e Consolidado		
2º Semestre Exercício		
31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	550.181	1.438.838
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	2.724.882	2.723.990
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de ações	-	-
Total (em milhares)	2.724.882	2.723.990
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,20191	0,52821

17. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Receita operacional bruta	3.258.052	6.567.922	7.223.548	11.613.024	12.013.125	12.013.125
Impostos sobre a receita	(328.503)	(661.161)	(754.294)	(1.317.775)	(1.412.020)	(1.412.020)
Total	2.929.549	5.906.761	6.469.254	10.295.249	10.601.105	10.601.105

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard e do aluguel de equipamentos de captura.

18. GASTOS POR NATUREZA

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Gastos com aquisição	(1.368.440)	(2.702.736)	(2.781.268)	(5.082.182)	(4.828.795)	(5.082.182)
Gastos com pessoal	(811.402)	(1.282.338)	(796.580)	(1.784.145)	(1.419.058)	(1.419.058)
Depreciações e amortizações	(252.398)	(495.204)	(521.496)	(883.621)	(912.677)	(912.677)
Vendas, marketing e aquisição de clientes	(189.652)	(346.133)	(296.435)	(349.410)	(296.744)	(296.744)
Serviços profissionais	(274.606)	(826.999)	(945.807)	(331.776)	(271.186)	(271.186)
Diversos, líquido	7.053	33.814	437.929	141.452	630.465	630.465
Total	(2.889.445)	(5.619.596)	(4.903.657)	(8.289.682)	(7.097.995)	(7.097.995)

Classificadas como: Custos dos serviços prestados (1.683.912) (3.292.545) (3.337.045) (5.885.284) (5.609.449) Pessoal (655.130) (1.040.944) (616.692) (1.517.401) (1.225.272) Gerais e administrativas (320.820) (892.429) (976.411) (443.312) (360.980) Vendas e marketing (113.399) (188.744) (139.932) (192.022) (140.242) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (86.184) (204.934) (166.423) (248.663) 238.948

Total (2.889.445) (5.619.596) (4.903.657) (8.289.682) (7.097.995)

Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações. Abaixo demonstramos as outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(28.928)	(115.460)	(94.957)	(184.736)	(164.725)	(164.725)
Gastos com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquidos	(36.360)	(50.476)	(26.797)	(79.892)	(33.299)	(33.299)
Provisão, reversão e perda de imobilizado	(21.895)	(57.561)	1.658	(60.075)	(3.440)	(3.440)
Outras	899	18.563	28.519	29.040	440.412	440.412
Total	(86.184)	(204.934)	(166.423)	(248.663)	238.948	238.948

As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são representadas principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, as perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais e demais perdas operacionais.

19. COMPROMISSOS

Com base nos contratos vigentes, o Grupo Cielo possui compromissos futuros estimados (itens não registrados no balanço patrimonial): **(a) Contratos de aluguel:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	6.860	6.781
De 1 a 5 anos	17.715	22.236
Acima de 5 anos	-	425
Total	24.575	29.442

(b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office": Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televisões são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Até 1 ano	466.451	520.248
De 1 a 5 anos	327.369	208.275
Total	793.820	728.523

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023	2º Semestre 31/12/2024	Exercício 31/12/2024	Exercício 31/12/2023
Previdência complementar (a)	7.413	13.384	9.436	18.186	14.020	14.020
Benefícios com empregados (b)	104.754	160.807	83.263	250.766	195.131	195.131
Total	112.167	174.191	92.699	268.952	209.151	209.151

(a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, reconhecidas em gastos com pessoal. (b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vida refeição, seguro de vida, de acidentes pessoais e outros. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que inclui ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em gastos com pessoal. **Benefícios pós-emprego:** O Grupo Cielo possui um plano atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de

DIRETORIA EXECUTIVA		
Estanislau Mendes Lobatera Bassols - Diretor-Presidente Adriana Paula Garbim - Vice-Presidente Executiva da Comercial Varejo e Empreendedores Carlos Eduardo Domingues Alves - Vice-Presidente Executivo de Tecnologia e Negócios Eduardo Wermelinger Lemos - Vice-Presidente Executivo de Operações e Atendimento		
Filipe Augusto Dos Santos Oliveira - Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores (Diretor responsável pela contabilidade) Yvan Cailli Zanetti - Superintendente de Contabilidade, Tributário, Garantia de Receita e Controladas Responsável técnico contábil Vagner Akihiro Tatebe - Contador CRC 15P292671/O-6		
Filipe Augusto Dos Santos Oliveira - Vice-Presidente Executivo de Finanças e Relações com Investidores Louangela Bianchini Da Costa Colquhoun - Vice-Presidente Executiva Jurídica e Relações Governamentais Patrícia Da Costa Cerqueira Passos - Diretora de Riscos, Compliance, Prevenção e Segurança Renata Andrade Daltr Dos Santos - Vice-Presidente Executiva Comercial Grandes Contas		

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Luiz Gustavo Braz Lage - Presidente do Conselho de Administração José Ramos Rocha Neto - Vice-Presidente do Conselho de Administração Carla Nesi - Membro		
Cassiano Scarpelli - Membro José Ricardo Sasseron - Membro Marcelo de Araujo Noronha - Membro		
Marisa Reghini Ferreira Mattos - Membro Regina Helena Jorge Nunes - Membro Túlio Xavier de Oliveira - Membro		

CONSELHO FISCAL		
Cristiane do Amaral Mendonça - Membro Titular Eduardo Ramos da Silva - Membro Suplente Marcos Aparecido Galende - Presidente e Membro Titular		
Patrícia Soares Martil - Membro Suplente Herculano Aníbal Alves - Membro Titular Fabiana Pinto Fonseca - Membro Suplente		
Gisele Barbosa Pessoa - Membro Titular Cristiano Leonel Correa - Membro Suplente Analaura Neves de Moraes Gontijo - Membro Titular		
Barbara Favero dos Santos Bosi - Membro Suplente		

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as propostas da Administração a serem encaminhadas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia acerca: **(a)** da destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("Exercício de 2024"); e **(b)** do orçamento de capital para o exercício de 2025, por unanimidade, opinaram favoravelmente acerca das propostas ora apresentadas, estando as referidas em condições de serem apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos abaixo descritos: **(a)** *A destinação do lucro líquido da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 ("Exercício de 2024"), no montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), a ser retido integralmente com base em orçamento de capital, nos termos abaixo descritos no item (b).*

Não haverá destinação de lucro para a distribuição de dividendos, uma vez que os dividendos mínimos obrigatórios ("Proventos"), que totalizariam R\$ 431.651.298,74 (quatrocentos e trinta e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e oito reais e setenta e quatro centavos), já estão incluídos no montante dos dividendos intermediários de R\$3.820.000,00 (três bilhões e oitocentos e vinte mil reais), aprovados na reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2024.

Não haverá destinação de lucro à reserva legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva já atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações") e do item (i) do artigo 28 de seu Estatuto Social.

(b) *Para o orçamento de capital para o exercício social de 2025, a retenção do montante de R\$ 1.438.837.662,45 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) do lucro líquido do Exercício de 2024,*

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

MARCOS APARECIDO GALENDE Presidente do Conselho Fiscal	ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA	GISELE BARBOSA PESSOA HERCULANO ANÍBAL ALVES
--	--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e elaborados de acordo com o padrão contábil COSIF das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e regulamentações complementares do BCB ("Demonstrações Contábeis 2024 em COSIF"), e Relatório da Administração referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, por unanimidade, opinaram favoravelmente, concluindo que os documentos examinados, à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 26 de fevereiro de 2025.

MARCOS APARECIDO GALENDE Presidente do Conselho Fiscal	ANALAURA NEVES DE MORAIS GONTIJO CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA	GISELE BARBOSA PESSOA HERCULANO ANÍBAL ALVES
--	--	---

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia ("COSIF") referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes na Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria Executiva declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 14 de dezembro de 2022 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos 01 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Atualmente, o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 29 de maio de 2024 e 18 de setembro de 2024, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/1976 referentes ao exercício social de 2024.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta, ou em trabalhos e atividades demandados pelo Comitê.

Nos termos do Regimento Interno, o Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2024, o Comitê realizou 05 (cinco) sessões ordinárias e 11 (onze) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, risco, auditoria interna, contabilidade, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

É importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 05 (cinco) reuniões com os auditores independentes. Ainda, reuniram-se em 02 (duas) reuniões de trabalho, para discussões e esclarecimentos acerca de assuntos de interesse do Comitê.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, anualmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê, o plano de trabalho da auditoria interna e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2024, cabe destacar os temas, de maneira não exaustiva, que foram objetos de análise, discussão e recomendação, conforme competência do Comitê, além das contribuições realizadas pelos membros durante as discussões, a saber: (a) contratação da auditoria independente na prestação de serviços de auditoria; (ii) das demonstrações contábeis anuais e semestrais e emissão dos respectivos relatórios; (iii) da revisão das informações contábeis intermediárias; e (iii) da revisão eletrônica da escrituração Contábil Fiscal - ECF, para a Companhia e suas controladas, Servinet Serviços Ltda. ("Servinet"), Stelo S.A. ("Stelo") e Aliança Pagamentos e Participações Ltda., no exercício de 2024; (b) relatório da administração e

das demonstrações contábeis; (i) anuais individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"); (ii) anuais consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório contábil ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"); e (iii) semestrais individuais e consolidadas referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; (c) demonstrações contábeis intermediárias: (i) individuais e consolidadas da Companhia referentes aos trimestres de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; e (ii) consolidadas da Companhia referentes aos trimestres de 2024 elaboradas de acordo com as normas IFRS, emitidas pelo IASB; (d) relatórios dos Auditores Independentes sobre: (i) as demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; (ii) as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as normas IFRS emitidas pelo IASB; (iii) a revisão de informações trimestrais - ITR sobre as informações contábeis individuais e consolidadas referentes aos trimestres de 2024 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen; e (iv) a revisão de informações trimestrais - ITR sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos trimestres de 2024, preparadas de acordo com as normas IFRS, emitidas pelo IASB; (v) trabalho de reconciliação de contas transitórias da Companhia; (e) ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; (f) relatório anual da auditoria interna referente ao exercício social de 2023; (g) plano de trabalho anual da auditoria interna ("Plano Anual Auditoria - 2024") para o exercício de 2024, bem como os respectivos ajustes realizados no referido plano durante o 1º semestre de 2024; (h) status do Plano Anual Auditoria - 2024 e principais ocorrências de 2024; (i) status dos planos de ação decorrentes dos resultados dos trabalhos realizados no âmbito do Plano Anual Auditoria - 2024; (j) análise e discussão dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna acerca dos seguintes assuntos: (i) Regras de Comunicação de Fidei; (ii) Gerenciamento dos Riscos de TI; (iii) Captação de Recursos; (iv) Captura de Dados; (v) Migração de extrato AWS; (vi) Agência de Viagens Digital; (vii) Registro de Recebíveis Cielo I Resolução BCB nº 264; (viii) Operação Cloud; (ix) Registro de Recebíveis Braspag I Resolução BCB nº 264; (x) Configuração de Ativos de TI; (xi) Homologação de Desenvolvimento de Soluções; (xii) Antecipação de Recebíveis I ARV Braspag; (xiii) Respostas aos incidentes de Segurança da Informação; (xiv) Governança dos controles PCI; (xv) Gestão de API; (xvi) Migração de Extrato para

Barueri, 30 de janeiro de 2025.

Paulo Henrique Andolhe Coordenador do Comitê de Auditoria	Ângela Beatriz de Assis Membro do Comitê de Auditoria	Antonio Gustavo Matos do Vale Membro do Comitê de Auditoria
Jorge Andrade Costa Membro do Comitê de Auditoria		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidadas, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.8, 7, 13 e 17 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais. Esta atividade é determinada por meio de função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito. Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos estabelecimentos comerciais, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações. Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como cálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.8, 7, 13 e 17. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento e apresentação das Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas nº 2.8, 7, 13 e 17 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais. Esta atividade é determinada por meio de função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito. Para as Contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos estabelecimentos comerciais, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações. Para as Contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como cálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.8, 7, 13 e 17. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de Contas a receber de emissores, das Contas a pagar a estabelecimentos e da Receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 25 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 25, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são: (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de chargeback, estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguél dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para enderçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constituiu provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações. Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis. Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e a análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores. Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de rating, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão de lucro apresentada pela administração para receber, recalcamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações contábeis. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 25, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas nº 7 e 25 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 25, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são: (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais, (iii) os valores de chargeback, estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguél dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para enderçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme nota explicativa nº 7, constituiu provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações. Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis. Efetuamos, por amostragem, testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e a análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores. Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de rating, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão de lucro apresentada pela administração para receber, recalcamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações contábeis. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 25, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis consolidadas

Essas demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme facultada prevista no Art. nº 100 da Resolução BCB nº 352, às demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pela Cielo S.A. - Instituição de Pagamento, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 26 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Formosmos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025


KPMG
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-027685/O-0 Fº SP

Gustavo Mendes Bonini
 CRC 15P296875/O-4